

O trabalho do assistente social nas organizações da classe trabalhadora

Franci Gomes Cardoso
Professora Participante do Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas da UFMA

Josefa Batista Lopes
Professora do Departamento de Serviço Social da UFMA

O trabalho do assistente social nas organizações da classe trabalhadora

1 Introdução

Pensar e produzir um texto sobre o tema “O trabalho do assistente social nas organizações da classe trabalhadora”, proposto pelas maiores e mais dinâmicas organizações da categoria profissional dos assistentes sociais no Brasil – CFESS e ABEPSS –, é bastante desafiador. Primeiro porque instiga a uma abordagem da recente polêmica em torno do trabalho do assistente social levantada e travada, no final da década de 90 do século XX, entre um grupo de estudiosos expressivos do Serviço Social. É uma polêmica importante que não pode deixar de ser registrada e que caberia ser tratada como uma preliminar para o texto, mas que não trataremos, na medida em que o fundamental aqui é pensar os processos concretos do trabalho do assistente social nas organizações da classe trabalhadora. São processos complexos que podem ocorrer a partir de duas referências institucionais distintas: a primeira diz respeito ao trabalho profissional do assistente social realizado nas instituições de organização autônoma da classe trabalhadora, como empregadora desses profissionais; e a segunda refere-se ao trabalho que o assistente social desenvolve junto a essas instituições e no movimento de organização da classe trabalhadora, a partir de outras instituições da prática profissional.

No esforço de resgate desses processos é importante buscar as determinações históricas que orientaram o trabalho dos assistentes sociais nas organizações da classe trabalhadora no Brasil para, em seguida, identificar e analisar as tendências no país hoje.

Dar conta desses eixos temáticos é, certamente, o maior e o mais importante desafio da reflexão a ser desenvolvida neste texto, pois devemos considerar, de um lado, o fato de que se trata de um tema com pouca literatura produzida pelos estudiosos do Serviço Social, detendo-se, especificamente, nos processos de trabalho dos assistentes sociais nas organizações da classe trabalhadora. Mesmo no momento em que essa parecia ser uma tendência a crescer e a se fortalecer no Brasil, devido ao período recente de ascensão das lutas e da organização dos trabalhadores, no final da década de

1970 e durante a primeira metade da década de 80 do século em questão, chegando até a promulgação da constituição de 1988¹. De outro lado, considerando a hipótese com a qual trabalhamos de que os impactos da reestruturação produtiva do capital e das relações de trabalho sobre as formas de organização e luta da classe trabalhadora incidem, fortemente, sobre essa tendência, é importante destacar, nesse movimento, a explosão das Organizações Não-Governamentais (ONGs), entre as quais um número significativo atua na organização da luta social e nas quais a inserção profissional dos assistentes sociais foi ampliada na década de 90 do século XX; ainda que, em alguns casos tal fato também ocorra em organizações da classe trabalhadora, como no caso do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST), pois a questão da identidade profissional é fortemente colocada. Nesse aspecto, é frequente encontrar assistentes sociais nas ONGs que se negam a fazer filiação no Conselho Regional de Serviço Social (CRESS) por não se reconhecerem como assistentes sociais.

Das indicações feitas acima decorre que o texto foi desenvolvido por meio de dois eixos de reflexão: o primeiro é constituído por uma análise histórica das determinações do trabalho do assistente social nas organizações da classe trabalhadora como uma tendência da prática profissional, destacando os fundamentos históricos que levaram os assistentes sociais a atuar ou a pretenderem atuar nesses espaços, como profissionais, e as perspectivas atuais dessa tendência; a fim de se buscar as condições objetivas de sua constituição e possibilidades atuais. E o segundo eixo resgata a tendência atual do trabalho dos assistentes sociais nessas organizações, destacando as perspectivas teórico-políticas, as estratégias e táticas da atuação, bem como as condições e relações de trabalho.

¹ Este é também o período em que se desencadeia um importante avanço da produção bibliográfica do Serviço Social no Brasil que se deu, inicialmente, com a publicação de Dissertações de Mestrado dos primeiros Programas de Pós-Graduação implantados no país a partir de 1972 do século especificado acima.

2 Determinações históricas e condições objetivas do trabalho do assistente social nas organizações da classe trabalhadora

O resgate das determinações históricas do trabalho dos assistentes sociais nas organizações da classe trabalhadora, como uma tendência da prática profissional dos assistentes sociais na qualidade de assalariados no Brasil, merece particular atenção nesse momento histórico da sociedade brasileira, em face de dois aspectos centrais. O primeiro deles se configura no significado dos fundamentos histórico-políticos dessa tendência na constituição do chamado projeto ético-político do Serviço Social, que vincula a profissão à luta das classes subalternas cuja hegemonia, construída no meio profissional, desde a década de 80 do século XX, está ancorada em três instrumentos essenciais: o Código de Ética da Profissão, as Diretrizes Curriculares dos Cursos de Graduação e a lei que regulamenta a profissão², com a sustentação das principais instituições de organização acadêmico-profissional dos assistentes sociais que são: a Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS), o Conselho Federal de Serviço Social e a Entidade Nacional dos Estudantes de Serviço Social (ENESSO).

O segundo aspecto se fundamenta no fato de que o projeto conservador da burguesia, sob a hegemonia do capital financeiro, se consolidou e se fortaleceu no Brasil com a adesão de duas das mais importantes instituições contemporâneas da organização dos trabalhadores no Brasil: o Partido dos Trabalhadores (PT) e a Central Única dos Trabalhadores (CUT), a partir do governo de Luís Inácio Lula da Silva – fundador e dirigente do PT desde a sua criação. O destaque aqui se faz necessário porque essas duas instituições de organização da classe trabalhadora no Brasil se constituíram sobre a mesma base histórica do movimento da sociedade a partir da qual a tendência do trabalho do assistente social nas organizações dessa classe é fundada na

² O Código de Ética de Serviço Social e as Diretrizes Curriculares dos Cursos de Graduação de Serviço Social, ao mesmo tempo em que sintetizam um período histórico de organização e luta dos assistentes sociais na superação da perspectiva tradicional e definição do chamado projeto ético-político profissional, se constituem instrumentos de resistência e luta no movimento de reação conservadora que ganhou força com a reestruturação produtiva de enfrentamento da profunda crise do capital dos anos 70 do século passado.

profissão, estabelecendo uma relação de influência com as duas instituições citadas³, conforme pode ser verificado em Abramides e Cabral (1995).

Essa tendência no Serviço Social tem seu marco de constituição no movimento latino-americano de reconceituação no processo de crítica à vinculação tradicional da profissão com a classe trabalhadora, com a mediação das práticas de reprodução das condições de existência dessa classe, as quais foram fundadas no assistencialismo, na filantropia e em relações de ajustes às condições e interesses dominantes na sociedade burguesa (ABREU, 2002). É, no entanto, com o aprofundamento teórico-crítico da formação profissional que no Brasil a crítica aos processos concretos do trabalho profissional, até então desenvolvido pelos assistentes sociais e seus vínculos, vai apontar para a possibilidade de alternativa⁴ de vinculação, mediada pelos interesses e necessidades da classe trabalhadora e orientada pela perspectiva histórica de sua emancipação, bem como a emancipação de toda a humanidade. A possibilidade de redirecionamento da prática profissional desencadeou um significativo interesse dos assistentes sociais pelos estudos sobre a classe trabalhadora e seu movimento de organização, dos quais, entre outros, situa-se o estudo sobre a Organização das Classes Subalternas, apontada como “um desafio para o Serviço Social” (CARDOSO, 1995), realizado por uma das autoras deste texto.

O primeiro momento de síntese desse processo de crítica e indicação da possibilidade de vinculação da profissão à luta e organização dos trabalhadores, orientada pelos interesses dessa classe⁵, se expressa em um contexto econômico e político bastante favorável, no âmbito do movimento de ascensão das lutas sociais populares e, em particular, da organização e luta dos trabalhadores no país. Entre os trabalhadores urbanos cresceu a tendência que apontou para a necessidade de um “Novo Sindicalismo” e empreendeu um amplo esforço de construção da Central Única

³ No caso da CUT, o Serviço Social, por meio da extinta Associação Nacional dos Assistentes Sociais (ANAS) ou das entidades sindicais, participou muito ativamente de todo o processo de fundação e consolidação.

⁴ Cabe destacar aqui que o fundamental é o projeto que funda e orienta essa tendência, considerando que por sua própria natureza, no âmbito da práxis social, o Serviço Social tem, desde a sua origem, vínculo com a classe trabalhadora, apoiando, fundamentalmente, o projeto da classe dominante.

⁵ Conforme, já destacado na literatura de Serviço Social, as principais referências desse momento síntese no Serviço Social resultou da Convenção da ABEPSS (então ABESS), realizada, em Natal, no ano de 1979, e também do III Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais, realizado em São Paulo, no mesmo ano.

dos Trabalhadores (CUT) em um confronto de tendências político-organizativa em relação a uma central; e de um Partido dos Trabalhadores (PT) como partido de quadros e de massa, fincado em seu início, fundamentalmente, nos centros urbanos a partir de São Paulo, mas avançando para o campo. Ao mesmo tempo crescia o movimento dos trabalhadores rurais pela Reforma Agrária, apresentando um fato novo que foi a organização do MST (LOPES, 2005). Nesse momento, os assistentes sociais, além de avançarem em sua própria organização como categoria profissional, rumo à organização sindical, encontraram um terreno fértil para se desenvolverem no trabalho profissional, portanto, como assalariados⁶, nas organizações da classe trabalhadora; um trabalho realizado, fundamentalmente, a partir de instituições (tradicional) empregadoras de assistentes sociais abertas a essa tendência da prática profissional⁷ e com base na articulação com os movimentos sociais populares da classe trabalhadora, incentivando os processos organizativos e apoiando as suas lutas e reivindicações; mas, também, em instituições de organização autônoma da classe trabalhadora, como os sindicatos, por exemplo.

Contraditoriamente, o ano de 1979, como marco desse momento no Brasil é também o marco do movimento mundial de rearticulação e fortalecimento das forças conservadoras em torno do projeto neoliberal que dá sustentação política à reestruturação produtiva do capital e que derrota o projeto no qual se apoiava o movimento de luta e organização dos trabalhadores no país. Ou seja, enquanto no Brasil o movimento operário e as lutas sociais avançavam, ocorreu a ascensão do projeto neoliberal de alcance mundial⁸ que, como é sabido, só alcançou efetivamente o Brasil em 1990. Um projeto que se constituiu como um dos obstáculos à continuidade do avanço da perspectiva de emancipação em todo o mundo ao desarticular os fundamentos do

⁶ Anote-se aqui a polêmica que existe no Serviço Social sobre a questão da militância política em relação ao exercício profissional, na qual as análises de Marilda Yamamoto (2002; 1992) se destacam. Trata-se de uma questão que neste espaço da prática profissional se coloca, certamente, não como polêmica acadêmica, mas como desafio real para o profissional, considerando-se a natureza militante do próprio espaço ocupacional e a dimensão política da prática profissional.

⁷ Nessa tendência, pode-se encontrar o registro de um significativo número de experiências, realizadas a partir desta referência institucional, destacadamente as universidades públicas, como, por exemplo, o *Trabalho Junto ao Pescador Artesanal da Ilha de São Luís*, desenvolvido pelo Departamento de Serviço Social da Universidade Federal do Maranhão (UFMA), de 1979 a 1983, em cujo âmbito foram elaboradas e defendidas, aproximadamente, 50 trabalhos de conclusão de cursos, conforme Brandão (2006).

⁸ Vale lembrar sempre que 1979 é o ano da eleição de Margareth Thatcher para o governo da Inglaterra que vai marcar o início do movimento neoliberal no mundo.

próprio movimento operário, a partir da reestruturação da produção, das relações de trabalho e da ideologia neoliberal, que vêm destruindo direitos que a classe trabalhadora conquistou ao longo de sua história de lutas (ANTUNES, 2006).

O projeto conservador do capital, ao alcançar o Brasil, impôs profunda derrota⁹ à luta social pela construção de uma alternativa emancipatória da classe trabalhadora e da humanidade. Como produto dessa derrota tem-se que significativas referências históricas objetivas no campo econômico e político, a partir da reestruturação da produção e do trabalho, foram desfeitas com a desarticulação dos grandes parques industriais, a exemplo do ABC paulista, berço das greves de 1978, da CUT e do PT na década de 1980 (ABREU; LOPES, 2004). O próprio MST que vinha avançando no processo de confronto com o capital, por meio das ocupações de terras, também uma mediação na relação com o Estado, em um primeiro momento, fez uma retirada estratégica, dedicando-se mais aos processos organizativos internos, na expectativa de reunir elementos de maior clareza em relação ao novo quadro histórico que estava se delineando.

Nesse momento, significativos setores da intelectualidade de esquerda ficaram perplexos, passivos, alguns até admitindo a vitória do capital. No Serviço Social, no entanto, esse movimento de reação conservadora encontrou uma profissão hegemônica pelo pensamento marxista em sua orientação acadêmico-profissional e em pleno processo de maturidade intelectual e política, com uma produção intelectual bastante significativa e consistente, fruto da maturidade e consolidação da pós-graduação e da pesquisa na área. Com esse acúmulo acadêmico e apoiado em uma forte organização acadêmico-profissional¹⁰, o Serviço Social no Brasil continuou fazendo a síntese de um novo projeto profissional no Código de Ética da Profissão e nas Diretrizes Curriculares dos Cursos de Graduação que hoje são, sem dúvida, importantes instrumentos de resistência do projeto ético-político profissional contra a reação

⁹A análise de James Petras (1995) sobre o que ele chama de “Derrotas Históricas” é a referência para uma reflexão sobre o conceito de derrota que o autor considera “conceito-chave”.

¹⁰ Em que pese a reorientação quanto a organização sindical por ramo de atividade, no âmbito da Central Única dos Trabalhadores (CUT), isso levou os assistentes sociais a extinguirem a recém-criada Associação Nacional dos Assistentes Sociais (ANAS) e a maioria dos sindicatos de assistentes sociais no Brasil, conforme pode ser visto em Abramides e Cabral (1995).

conservadora que tem invadido todos os setores da vida social (ABREU; LOPES, 2006).

As condições objetivas de avanço do projeto profissional, orientado pela perspectiva marxista e que tem como espaço privilegiado da prática a organização da classe trabalhadora, entretanto, se tornaram mais complexas a partir do governo de Luís Inácio Lula da Silva. Uma grande quantidade de análise já vem demonstrando com consistência que, como dito acima, nesse governo, o projeto conservador da burguesia, sob a hegemonia do capital financeiro, se consolidou e se fortaleceu no país, contando com a adesão de duas das maiores instituições de organização da luta dos trabalhadores que são o PT e a CUT. Certamente, entre as mais expressivas organizações de mediação da luta dos trabalhadores no Brasil, só o MST conseguiu manter a clara perspectiva de um projeto emancipatório, fundado na solidariedade intraclasses trabalhadora, em confronto com a burguesia e o capital, procurando articular os combates do campo com os da cidade e internacionalizar a luta nacional (ABREU; LOPES, 2004).

E, ainda que importantes segmentos dos grupos oprimidos e dominados continuem a luta contra a opressão, como, por exemplo, os atingidos por barragens, organizados no Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB), é necessário reconhecer o grande refluxo dos movimentos de luta pela construção de uma nova sociedade, para além do capital (MÉSZÁROS, 2002); e que grande parte da luta organizada das classes subalternas vem recebendo influência das chamadas ONGs, desde a década de 90 do século XX, quando se verifica o início de uma explosão dessas organizações no Brasil, que tiveram o incentivo da Reforma do Estado do governo Fernando Henrique Cardoso¹¹, sendo por isso que vem crescendo a inserção profissional dos assistentes sociais.

Todo esse processo político, no contexto da reestruturação produtiva do capital e das relações de trabalho com forte impacto sobre as organizações da classe trabalhadora, é de grande relevância na configuração das condições objetivas do trabalho dos assistentes sociais nessas organizações, sustentando o Projeto Ético-Político Profissional na perspectiva de emancipação humana. De toda forma é necessário

¹¹ O incentivo encontra-se claramente colocado no Plano Diretor da Reforma do Estado, de 1995, especificamente, no item relativo às “Organizações Sociais e Publicização” (BRASIL, 1995).

ressaltar a necessidade de pesquisas mais amplas e rigorosas que indiquem o nível de incidência da reação conservadora da sociedade mundial e brasileira sobre essa perspectiva do Serviço Social no Brasil. Um aspecto a ser considerado no aprofundamento da análise, no contexto da adesão do PT e do governo Lula ao neoliberalismo é a política de assistência, particularmente, em face da centralidade do direito à assistência em detrimento do direito ao trabalho. Trata-se, como diz Marx (1989), que:

O direito ao trabalho é, no sentido burguês, um contra-senso, um desejo mísero, mas por trás do direito ao trabalho está o poder sobre o capital e, por trás do poder sobre o capital, a apropriação dos meios de produção, sua subordinação à classe operária associada, portanto a superação dialética do trabalho assalariado, do capital e de suas correlações.

Esse é, certamente, um dos maiores desafios dos assistentes sociais em relação à tendência referida, considerando-se a reafirmação da assistência como o espaço privilegiado da prática profissional a partir da Lei Orgânica da Assistência (LOAS) e agora do Sistema Único da Assistência Social (SUAS), com o qual avançou entre os assistentes sociais a perspectiva da luta pela assistência como direito, cuja centralidade merece atenção em relação à luta pelo direito ao trabalho, fundamental na sociedade capitalista e à organização da classe trabalhadora (ABREU; LOPES, 2006). Uma revisão dos textos apresentados pelos profissionais nos eventos da categoria, realizados desde 1990 pelo CFESS e pela ABEPSS, sinaliza uma penetração da reação conservadora, mas mostra, sobretudo, a significativa resistência dos profissionais na sustentação do Projeto Ético-Político Profissional e da articulação com os movimentos de luta das classes subalternas. Também o trabalho desenvolvido por assistentes sociais, como profissionais assalariados no MST, indica a persistência e a possibilidade da tendência do trabalho profissional em instituições das organizações autônomas da classe trabalhadora.

3 Tendências atuais do trabalho dos assistentes sociais nas organizações da classe trabalhadora

Neste eixo, conforme já mencionado na introdução, resgatamos as perspectivas fundamentais do trabalho dos assistentes sociais nas organizações da classe trabalhadora, dando destaque para as orientações teóricas e político-ideológicas, as condições e relações de trabalho, as estratégias e táticas de atuação.

Nas décadas de 1970 e 1980, a perspectiva do trabalho profissional do assistente social nos espaços de formação e organização políticas da classe trabalhadora, como sindicatos, associações profissionais, movimentos sociais populares (urbanos e rurais), entre outros, era de mobilização social e organização, de modo a contribuir para viabilizar projetos de interesse dessa classe, tais como: projetos de construção de novas relações hegemônicas na sociedade para superação da sua condição de subalternidade. Tal direcionamento se traduziu pela vinculação do projeto ético político-profissional a uma determinada perspectiva societária, cuja construção exige o fortalecimento de processos emancipatórios das classes subalternas. Trata-se da perspectiva de superação da sociedade capitalista, tendo como horizonte a conquista de emancipação humana.

É importante lembrar que, mesmo no campo de interesse dessas classes, o projeto ético-político-profissional do Serviço Social não é monolítico, havendo uma diversidade de posições quanto à apropriação pelos Assistentes Sociais, da matriz teórico-metodológico que o sustenta – a tradição marxista. Desse modo, desde a sua origem, não se desenvolve de forma homogênea nas diversas dimensões que compõem a totalidade da profissão.

Assim, embora venha constituindo-se a direção hegemônica na formação profissional, na produção intelectual e na organização política do assistente social, (nessa última, sobretudo, nas décadas de 1970 e 1980), nas instituições empregadoras dos Assistentes Sociais, onde se dão as relações diretas com os usuários, esse projeto não se imprimiu com a mesma força na implementação de respostas profissionais às requisições colocadas pelas classes sociais.

Reafirma-se, portanto, como pressuposto nesta reflexão, que o trabalho profissional desenvolvido pelos assistentes sociais – tanto nos espaços institucionais de organização autônoma da classe trabalhadora como em outras instituições, nas quais se desenvolve o trabalho profissional – pode assumir a direção político-ideológica de emancipação humana dessa classe, bem como a de sua subalternização pelos setores dominantes.

A partir de 1990, principalmente nos espaços institucionais que operam as políticas sociais, uma forte tendência é o redirecionamento da perspectiva de mobilização social e organização, no horizonte da emancipação humana, para o horizonte de subalternidade, buscando a legitimação pelas classes subalternas, do atual padrão de política social sob a égide do neoliberalismo. A política neoliberal privilegia a mercantilização das políticas sociais, transferindo para o setor privado as obrigações do Estado quanto às políticas públicas, em detrimento do atendimento às necessidades como direito; e investe na cooptação das organizações e lutas da classe trabalhadora por meio da intensificação de programas eminentemente assistencialistas, mas que atendem, mesmo precariamente, às necessidades prementes das classes subalternas.

Em face da prevalência da ideologia neoliberal, os avanços do trabalho do assistente social conquistados, nos anos de 1980, já mencionados, não se consolidaram, principalmente nas organizações da classe trabalhadora enquanto segmento das classes subalternas.

Nesse contexto de predomínio do neoliberalismo, é importante ressaltar o caráter contraditório do trabalho profissional do assistente social, cuja história é um processo orgânico da história da sociedade em que se insere a profissão, sendo, portanto, determinada pelas contradições inerentes a essa sociedade. Nesse sentido, destacam-se as implicações econômicas, políticas e sociais decorrentes do avanço do capitalismo no mundo e, em contraposição,

a luta da classe trabalhadora norteadas pelos ideais emancipatórios da sociedade que repõem a participação como estratégia da politização das relações sociais e de intervenção crítica dessa classe no movimento histórico,

nos espaços da produção e reprodução social; isto é, como principal eixo do processo concreto de construção da classe como força antagônica à ordem do capital. (ABREU, 2004).

Essa é a perspectiva de diferentes organizações da classe trabalhadora, em particular o MST, o qual representa o mais importante dos movimentos sociais e políticos do Brasil atual, fazendo renascer e ressurgir a luta dos trabalhadores no campo e convertendo-a no centro da luta política brasileira e da luta de classes.

No bojo desse movimento contraditório da sociedade e mesmo nos espaços de formação e organização política da classe trabalhadora, há projetos profissionais e projetos societários diferenciados disputando a hegemonia.

Quais são esses projetos e quais as perspectivas do trabalho do assistente social nesses espaços?

Nas organizações da classe trabalhadora, o trabalho profissional dos assistentes sociais tende a assumir duas grandes perspectivas teóricas e político-ideológicas que perpassam os projetos profissionais e projetos societários em disputa na sociedade brasileira na atualidade: 1) a perspectiva de superação da sociedade capitalista, tendo como horizonte a conquista da emancipação humana, passando pelo fortalecimento de processos emancipatórios das classes subalternas; 2) a perspectiva de manutenção da ordem capitalista, tendo como exigência a subalternidade da classe trabalhadora, enquanto segmento das classes subalternas.

Com essas perspectivas, os projetos profissionais e os projetos societários se desenvolvem pela ação dos sujeitos das profissões e das classes sociais, disputando a hegemonia nos espaços de organização da classe trabalhadora, em particular, e no movimento social, na sociedade brasileira. Torna-se hegemônica uma ou outra perspectiva, conforme os vínculos dos projetos profissionais com os projetos societários de emancipação humana ou de manutenção da ordem capitalista; e conforme as relações de força no processo de disputa da hegemonia na sociedade.

No pensamento gramsciano, a questão da hegemonia é central em relação às possibilidades das classes subalternas se tornarem protagonistas históricas, dotadas de vontade coletiva própria; e a constituição da ideologia das classes subalternas é uma condição essencial, porém não suficiente para a conquista da hegemonia dessas classes, na medida em que conseguem romper com a dominação ideológica das classes adversárias. Esse rompimento não se efetiva independentemente das transformações econômicas, mas não há, por outro lado, uma dependência absoluta dessas transformações. A organização e a consciência de classe são condições indispensáveis para essa conquista política, pelas classes subalternas.

Nesses processos de organização e formação de consciência de classe das classes subalternas, constituem possibilidades de atuação do assistente social: 1) a participação no desenvolvimento de propostas de formação político-organizativa, que possibilite a essas classes a apreensão crítica das contradições econômicas e político-ideológicas inerentes às sociedades capitalistas; a criação de formas próprias de reprodução e de resistência no enfrentamento cotidiano com os interesses das classes adversárias e a construção de formas de superação da opressão por essas classes; 2) desenvolvimento de propostas eminentemente educativas de fortalecimento das organizações da classe trabalhadora e de processos de constituição ideológica das classes subalternas na luta pela construção de uma alternativa emancipatória da classe trabalhadora e de toda humanidade.

Se o modo de pensar e a organização política ocupam no pensamento gramsciano um lugar decisivo na conquista da hegemonia, também é decisivo o papel que o teórico marxista confere aos intelectuais e ao partido na construção de uma nova cultura.

Gramsci (1978, p. 21) entende que “uma massa humana não se distingue e não se torna independente por si, sem organizar-se; [...] e não existe organização sem intelectuais, isto é, sem organizadores e dirigentes [...]”. Isso supõe um trabalho sistemático de caráter educativo-organizativo para elevar intelectualmente grupos subalternos cada vez mais amplos e suscitar o surgimento de intelectuais de tipo novo, que, emergindo das massas, permaneçam a elas vinculadas.

O modo de ser do novo intelectual não pode mais consistir na eloquência, motor exterior e momentâneo dos afetos e das paixões, mas um imiscuir-se ativamente na vida prática como construtor, organizador, persuasor permanente. (GRAMSCI, 1988, p. 8).

Nessa perspectiva, que tem convergência com o projeto ético-político-profissional do Serviço Social vinculado ao projeto societário de emancipação humana, o que fazem e o que podem fazer os assistentes sociais? Quais as estratégias e táticas do trabalho profissional e em que condições e relações de trabalho atuam?

Conforme já explicitado na introdução, nas organizações da classe trabalhadora, o trabalho profissional do assistente social se desenvolve em duas dimensões: na primeira, é realizado em espaços ocupacionais nas instituições de organização autônoma da classe trabalhadora como empregadora desses profissionais; e na segunda, o trabalho do assistente social se realiza junto a essas instituições e no movimento de organização da classe trabalhadora, a partir de outras instituições da prática profissional, com as quais mantém o vínculo como trabalhador assalariado.

Dessas organizações, tomamos como referência o MST, pelo seu significado político na luta dos trabalhadores no campo e, também, na luta política brasileira, muito embora os profissionais de Serviço Social que desenvolvem seu trabalho nesse movimento não se reconheçam como assistente social no desempenho de suas funções. Apesar dessa questão de identidade profissional, que se coloca no movimento, entendemos que o trabalho desenvolvido pelos assistentes sociais é uma expressão concreta da profissão, a partir das demandas do movimento. Tais demandas à equipe interprofissional, da qual fazem parte os profissionais de Serviço Social, estão vinculadas a dois eixos: a educação e a produção.

Quanto à educação, visa garantir aos seus assentados a educação formal e sua formação política, na perspectiva da construção da consciência de classe indispensável para luta.

No que se refere à produção, há uma concentração em torno de cooperativas agrícolas, aliada a um projeto de organização popular, mediante desenvolvimento de relações sustentadas em valores de cooperação e solidariedade intraclasse. Para que essas cooperativas possam ser implantadas, são levadas em conta: as condições objetivas e subjetivas das famílias que vivem no assentamento, as condições financeiras e da terra para a escolha adequada da cultura, grau de consciência política e história de luta dessas famílias. Especificamente, no que se refere à produção, o MST tem como proposta o trabalho baseado na cooperação agrícola, a qual busca a organização da produção por meio do trabalho de forma cooperada entre famílias, na perspectiva de garantir o avanço da reforma agrária. Assim, incentiva formas coletivas de trabalho tendo como princípio a necessidade da construção de uma sociedade sustentada em valores sociopolíticos direcionados para a superação da atual ordem societária (AZAR, 2005).

Esse direcionamento é compatível com o projeto ético-político-profissional do serviço social, hegemônico na formação dos assistentes sociais, e essa convergência de princípios dá sustentação ao trabalho profissional nesse espaço de organização da classe trabalhadora, embora os referidos profissionais, conforme mencionamos anteriormente, não se identifiquem como assistentes sociais, na sua atuação profissional.

As estratégias e práticas utilizadas pelos assistentes sociais inseridos nas equipes interprofissionais atuantes nessa organização da classe trabalhadora se evidenciam, principalmente:

- no incentivo e apoio político-organizativo às formas coletivas de trabalho, como: mutirões, associações e grupos coletivos, percebidos como mecanismos utilizados pelo MST no fortalecimento da solidariedade intraclasse e na sua luta pela reforma agrária;
- na mobilização social e organização das famílias trabalhadoras para a participação em processos de educação formal e de formação política, para contribuir na construção da consciência de classe, necessária à luta dos

trabalhadores e à sua organização autônoma em relação aos partidos políticos e instituições que representam o Estado, com as quais o MST mantém relações;

- na produção e socialização de conhecimentos, a fim de contribuir na constituição de sujeitos coletivos capazes de criar mecanismos de resistência e luta e de participarem da construção da hegemonia da classe trabalhadora.

Tais estratégias são inerentes a essa instituição de organização da classe trabalhadora (MST) e se expressam como uma tendência política atual do trabalho dos assistentes sociais nessas organizações. Essa tendência não se expandiu para outros espaços de organização dessa classe, como também não houve expansão do trabalho desse profissional em outras organizações da mesma natureza, o que confirma a hipótese com a qual trabalhamos. Ao mesmo tempo, é apontada a possibilidade de atuação do assistente social na perspectiva de fortalecimento do projeto ético-político-profissional que tem como horizonte a emancipação da classe trabalhadora e de toda a humanidade.

Considerações finais – Algumas indicações para reflexão, debate e aprofundamento

No decorrer do texto, reafirmamos a hipótese trabalhada de que não houve avanço, a partir de 1990 do século passado, do trabalho dos assistentes sociais nas organizações da classe trabalhadora, e nessas a perspectiva de emancipação política e emancipação humana, em virtude, principalmente, da forte influência da reestruturação produtiva sob a orientação do pensamento neoliberal no mundo e, particularmente, no Brasil. Entretanto, contraditoriamente, nesse mesmo contexto, é apontada a possibilidade de trabalho na perspectiva do projeto ético-político-profissional do serviço social, hegemônica na formação profissional, como tendência que nos permite indicar algumas estratégias do trabalho profissional para reflexão e aprofundamento. Essas estratégias podem ser fortalecidas nos espaços de organização da classe trabalhadora, sejam essas instituições empregadoras do assistente social ou em espaço onde o profissional atua a partir de projetos organizativos vinculados a outras instituições com as quais mantém o vínculo como trabalhador assalariado.

As estratégias indicadas são as seguintes:

- a) prestar assessoria técnica e apoio político aos setores organizados da classe trabalhadora, na criação de mecanismos de resistência e de luta, em âmbitos local, nacional e também mundial, em todas as esferas da vida social;
- b) desenvolver junto aos trabalhadores atividades educativas formadoras de um modo de pensar e de agir que lhes permitam a constituição de um núcleo organizatório que se proponha a tarefa de unificar as experiências parciais de setores organizados das classes subalternas, em uma alternativa política – um projeto global concreto que acene com as possibilidades de transformação da sociedade;
- c) desenvolver um trabalho pedagógico junto aos trabalhadores, em suas instituições de organização, que contribua com os mesmos, para a formulação e implementação de uma política que concretize a participação das massas que, pela prática concreta, alcance a necessidade de quebrar seus limites e, de forma organizada, construa novas relações hegemônicas.

É fundamental ressaltar a importância de todas essas estratégias de luta e resistência, sobretudo de união e organização dos trabalhadores e dos expropriados dos mais ínfimos direitos, mas é indispensável que tenhamos clareza de que a efetiva solução para o agravamento da questão social nos países de capitalismo dependente só é possível com a construção de uma sociedade alternativa ao capitalismo, que garanta a emancipação da humanidade e supere, portanto, as desigualdades sociais e a questão social. Uma tarefa que é, fundamentalmente, da classe trabalhadora, na qual as práticas profissionais, enquanto expressão da práxis, tem papel relevante.

Referências

ABRAMIDES, Maria Beatriz C.; CABRAL, M. do Socorro. *O Novo sindicalismo e o Serviço Social*. São Paulo: Cortez, 1995.

ABREU, Marina Maciel. *Serviço Social e organização da cultura: perfis pedagógicos da prática profissional*. São Paulo: Cortez, 2002.

_____. *Serviço Social e a questão da participação: tendências e desafios na sociedade brasileira*. São Luis: UFMA, 2004. (capítulo de livro no prelo).

ANTUNES, Ricardo. Construção e Desconstrução da Legislação Social no Brasil. In: ANTUNES, Ricardo (Org.). *Riqueza e Miséria do Trabalho no Brasil*. São Paulo: Boitempo, 2006.

AZAR, Zaira Sabry. *A Organização da produção da Vila Diamante na luta pela Terra o Maranhão*. 2005. Dissertação (Mestrado em Políticas Públicas). Faculdade de Serviço Social, Universidade Federal do Maranhão, São Luís, 2005.

BRANDÃO, Selma Maria silva de Oliveira. *Serviço social e questão Social no Maranhão: resgate histórico do “Trabalho Junto ao Pescador Artesanal da Ilha de São Luís” no processo de formação profissional do Curso de Serviço Social da UFMA*. 2006. Dissertação (Mestrado em Políticas Públicas). Faculdade de Serviço Social, Universidade Federal do Maranhão, São Luís, 2006.

CARDOSO, Franci Gomes. *Organizações das classes subalternas: um desafio para o Serviço Social*. São Paulo: Cortez; Editora da Universidade Federal do Maranhão, 1995.

_____. Os movimentos sociais populares no processo de transformação social. *Serviço Social & Sociedade*, São Paulo, n. 33, ano XI, Cortez, 1990.

_____. *Trabalho Junto ao Pescador Artesanal da Ilha de São Luís*. Projeto de Pesquisa. São Luís: Departamento de Serviço Social da Universidade Federal do Maranhão, 1979.

GRAMSCI, Antônio. *Concepção dialética da história*. Tradução de Carlos Nelson Coutinho. 3. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.

_____. *Maquiavel, a política e o Estado moderno*. Tradução de Luiz Mário Gazzaneo. 7. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1989.

IAMAMOTO, Marilda. Projeto Profissional, espaços ocupacionais e trabalho do(a) assistente social na atualidade. In: CFESS. *Atribuições Privativas do(a) Assistente Social Em Questão*. Brasília: CFESS, 2002.

_____. *Renovação e conservadorismo no Serviço Social*. Ensaios Críticos. São Paulo: Cortez, 1992.

LOPES, Josefa Batista. *As Lutas Sociais Operárias e Populares no Brasil: a eleição do PT para o governo da República no fim de um ciclo*. São Luís. *Anais... II Jornada Internacional de Políticas Públicas*. São Luís: UFMA, 2005. 1 CD-ROM.

_____. A formação profissional do assistente social no contexto da atual reestruturação do capital: respostas e questões das diretrizes curriculares no Brasil. In: IASSW – International Organization of Schools of Social Work, Corporación Chilena para la Enseñanza del Trabajo Social – ACHETS, Santiago/Chile. *Anais... do 33º Congreso Mundial de Escuelas de Trabajo Social “Crecimiento y Desigualdade – escenarios y desafios para el trabajo social Del siglo XXI”*. Santiago, 2006.

MARX, Karl. *Para a crítica da economia política*. Tradução de José Arthur Giannotti e Edgar M. São Paulo: Abril Cultural, 1978. (Coleção Os Pensadores).

MARX, Karl; ENGELS, F. *A ideologia alemã*. São Paulo: Hucitec, 1991.

MARX, Karl. O 13 de junho de 1849. In: FERNANDES. Florestan (Org.). *Marx & Engels*. São Paulo: Ática, 1989.

MÉSZÁROS, Istiván. *Para além do capital*. São Paulo: Boitempo, 2002.

PETRAS, James. *Ensaio Contra a Ordem*. São Paulo: Scritta, 1995.

SADER, Eder. *Quando novos personagens entraram em cena: experiências e lutas dos trabalhadores da Grande São Paulo (1970-80)*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.